
Revisitando o calcanhar de Aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil

Revisiting the methodological Achilles' heel of social sciences in Brazil

Revisiter le talon d'Achilles méthodologique des sciences sociales au Brésil

Revisitando el talón de Aquiles metodológico de las ciencias sociales en Brasil

Pedro Neiva



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/spp/2232>

ISSN: 2182-7907

Editora

Mundos Sociais

Edição impressa

Data de publicação: 1 Setembro 2015

Paginação: 65-83

ISBN: 0873-6529

ISSN: 0873-6529

Refêrencia eletrónica

Pedro Neiva, « Revisitando o calcanhar de Aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil », *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 79 | 2015, posto online no dia 15 março 2016, consultado no dia 08 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/spp/2232>

REVISITANDO O CALCANHAR DE AQUILES METODOLÓGICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Pedro Neiva

Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Resumo Nesse artigo, fazemos uma avaliação sobre o uso de dados e métodos quantitativos nas revistas brasileiras de ciências sociais no período de 1997 a 2012. Verificamos que houve um aumento expressivo na utilização de técnicas estatísticas “avançadas”. Porém, o quadro geral não mudou substancialmente: a proporção de autores “quantitativistas” continua sendo amplamente minoritária, *vis-a-vis* os “não quantitativistas”. Identificamos que a área de formação, a instituição de origem, o nível de qualificação da revista, o fato de o artigo ter sido elaborado em parceria e a participação em cursos específicos parecem influenciar na escolha de uma abordagem quantitativa. Já o gênero dos autores não parece estar associado a tal opção metodológica.

Palavras-chave métodos, metodologia quantitativa, ciências sociais, Brasil.

Abstract In this article I assess the use of quantitative data and methods in Brazilian social science reviews between 1997 and 2012. I find that there was a significant increase in the use of “advanced” statistical techniques. However, the general picture did not change substantially: “quantitativist” authors remain in a clear minority *vis-à-vis* “non-quantitativists”. Factors that seem to influence the choice of a quantitative approach include: field of education; institution of origin; level of sophistication of the review; whether the article has co-authors; and the author’s participation in specific courses. For its part, the author’s gender does not seem to be associated with this methodological option.

Keywords methods, quantitative methodology, social sciences, Brazil.

Résumé Cet article fait une évaluation de l’utilisation de données et de méthodes quantitatives dans les revues brésiliennes de sciences sociales, sur la période de 1997 à 2012. Même si l’utilisation de techniques statistiques “avancées” a considérablement augmenté, le cadre général n’a pas vraiment changé quant à lui : la proportion d’auteurs “quantitativistes” demeure largement minoritaire par rapport aux “non quantitativistes”. Le domaine de formation, l’établissement d’origine, le niveau de qualification de la revue, le fait que l’article ait été rédigé en partenariat et la participation à des formations spécifiques sont autant de facteurs qui semblent peser dans le choix d’une approche quantitative. En revanche, le genre des auteurs ne semble pas avoir d’influence sur ce choix méthodologique.

Mots-clés méthodes, méthodologie quantitative, sciences sociales, Brésil.

Resumen En este artículo, hacemos una evaluación sobre el uso de datos y métodos cuantitativos en las revistas brasileñas de ciencias sociales en el periodo de 1997 a 2012. Verificamos que hubo un aumento notable en la utilización de técnicas estadísticas “avanzadas”. Sin embargo, el marco general no cambió substancialmente: la proporción de autores “cuantitativistas” sigue siendo

ampliamente minoritaria, en comparación a los “no cuantitativistas”. Verificamos que el área de formación, la institución de origen, el nivel de calificación de la revista, el hecho del artículo haber sido elaborado en colaboración y la participación en cursos específicos parecen influir en la elección de un abordaje cuantitativo. Por otro lado, el género de los autores no parece estar asociado a tal opción metodológica.

Palabras-clave: métodos, metodología cuantitativa, ciencias sociales, Brasil.

Introdução

Há uma década, Gláucio Soares publicou um artigo sobre o uso de métodos quantitativos¹ intitulado “O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil” (Soares, 2005). Apesar do seu caráter aparentemente desprezível, o texto tornou-se muito conhecido e passou a ter presença quase obrigatória nas ementas dos cursos de metodologia aplicada às ciências sociais no Brasil. Além do tom provocativo aos “não quantitativistas”, o artigo chamou a atenção pelo bom mapeamento que fez do estado da arte da disciplina, pelo diagnóstico preciso dos seus problemas e pelas sugestões instigantes que apresentou.

Esse texto retoma a mesma discussão, ampliando o seu escopo e testando suas hipóteses, muitas vezes sustentadas em “inspeções visuais” e opiniões pessoais. Nosso objetivo principal é identificar os fatores que determinam, ou influenciam, a escolha do uso de dados e métodos quantitativos nas ciências sociais no Brasil, levando em consideração características pessoais dos autores, suas áreas de formação, instituições de origem, qualificação das revistas e o fato de a pesquisa ter sido feita ou não em parceria.

Fazemos isso a partir da avaliação dos artigos publicados nas revistas brasileiras dedicadas às áreas de ciência política, sociologia e antropologia durante os anos de 1996 a 2012. Embora tenha o foco centrado sobre a ciência política, a pesquisa pode-se dizer comparativa, haja vista o confronto que faz com outras disciplinas das ciências sociais, especialmente com as duas citadas acima. Não se trata, no entanto, de um estudo comparativo entre países, a despeito da referência frequente ao que acontece nos Estados Unidos.

O texto está dividido em quatro partes, além dessa breve introdução. Na seção seguinte, recuperamos algumas informações históricas sobre a evolução do uso de métodos nas ciências sociais, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos;

1 Os conceitos de “método” e “técnica” serão utilizados indistintamente neste artigo. Apesar de existirem diferenças, elas não são fundamentais para os nossos propósitos. O primeiro refere-se a uma estratégia de produção de conhecimento científico, incluindo a geração e a validação de teorias. Já a técnica seria uma forma padronizada de coleta e de análise de dados, também com a finalidade de produzir conhecimento. O método é mais abrangente e contempla estratégias gerais, enquanto a técnica é específica e concreta (Cano, 2012).

simultaneamente, fazemos um apanhado das desavenças entre defensores das duas perspectivas metodológicas nos dois países: a quantitativa e a qualitativa. Em seguida, na terceira seção, apresentamos as variáveis com as quais estamos trabalhando, procurando justificar a sua inclusão na análise, além de adiantarmos algumas estatísticas descritivas. Na quarta seção, apresentamos um modelo de regressão logística multinominal, que nos permite avaliar o efeito de cada uma dessas variáveis. Finalmente, na quinta seção, apresentamos as nossas conclusões.

A abordagem quantitativa nos Estados Unidos e no Brasil

Nos Estados Unidos, a abordagem quantitativa cresceu com o aparecimento do comportamentalismo desde as primeiras décadas do século XX e o seu fortalecimento após a II Guerra Mundial, em contraposição com as abordagens históricas e filosóficas. Desde então, passou-se a ter maior preocupação com a objetividade e com as generalizações indutivas, elementos diretamente relacionados com um material empírico, com a quantificação e com métodos sistemáticos e diferenciais (Peres, 2008).

Esse histórico reflete-se hoje na formação dos cientistas políticos norte-americanos e na sua produção acadêmica. De acordo com Bennett, Barth e Rutherford (2003), todos os 30 principais departamentos da disciplina nos Estados Unidos ofereciam cursos de métodos estatísticos. Segundo o autor, em 1000 artigos publicados em dez jornais antes de 1998, 49% usavam estatística;² nas sete principais revistas da área, a proporção de estudos de caso e qualitativos caiu de 12% em 1975 para 7% em 1985 e para 1% em 2000.

Apesar da predominância da abordagem quantitativa, ela não aconteceu sem resistência. O próprio Jon Elster, um dos pais da escolha racional, criticou o uso exacerbado do formalismo por ter-se tornado um fim em si mesmo (Elster e Hylland, 1989). Anos mais tarde, John Gerring (2001) alertou para o mesmo exagero, lembrando que “a estatística era apenas um instrumento das ciências sociais e não ela própria”.

A reação tornou-se mais evidente no início dos anos 2000, quando um grupo de cientistas políticos apresentou um protesto contra o uso excessivo da quantificação na disciplina e a preponderância quase absoluta que ela tinha nos artigos publicados na prestigiada *American Political Science Review*. Esse movimento ficou conhecido como “Perestroika” e ganhou adeptos importantes como Theda Skocpol, Charles Tilly e Ian Shapiro. No entanto, a despeito do seu impacto imediato, ele não mudou radicalmente a situação.

No Brasil, o contexto apresenta-se muito diferente. Apesar de ter sofrido forte influência da ciência política norte-americana, os quantitativistas brasileiros encontram-se em situação visivelmente minoritária. No final dos anos 90, a partir de

2 Na verdade, esse número era ainda maior, se considerarmos que os autores não classificaram como tal os artigos que usavam apenas estatística descritiva.

uma amostra de 308 artigos, Valle Silva (1999) verificou que 85% deles não apresentavam qualquer quantificação, 13% lidavam apenas com distribuição de frequências e menos de 3% continham alguma análise quantitativa. Esse último grupo contava com oito autores, dos quais apenas um não havia feito pós-graduação no exterior.

Em 2001, o diagnóstico feito por Neuma Aguiar, para as ciências sociais como um todo, era o seguinte:

No Brasil, pesquisas com base quantitativa vêm sendo empregadas por um restrito grupo de pesquisadores em ciências sociais, que encontram dificuldades em formar as novas gerações de profissionais nessa área. Quando se observa o conjunto de publicações brasileiras indexadas no Índice de Ciências Sociais, num total de 74 títulos, chama a atenção que, num período de 43 anos (de 1957 a 2000), dos 9118 artigos que compõem o índice, apenas 709 correspondem a textos que utilizam métodos quantitativos como recurso de investigação. Por ano, em média, para cada 300 artigos publicados e indexados, cerca de 6% deles são quantitativos. (Aguiar, 2001: 3)

Em uma inspeção visual de 39 artigos da revista *Opinião Pública*, Gláucio Soares (2005) verificou que 72% deles usaram, pelo menos, porcentagens; 74% apresentaram informação usando alguma forma tabular; 28% usaram gráficos; 20% usaram algum tipo de estatística simples; e 26% usaram análises mais complexas. O autor verificou ainda que dos dez autores desse último grupo, nove eram estrangeiros ou haviam feito carreira no exterior, confirmando que são raríssimos os trabalhos de cientistas políticos e sociólogos brasileiros detentores de algum nível de sofisticação estatística.

Recentemente, Nicolau e Oliveira (2013) identificaram uma predominância expressiva de trabalhos quantitativos na ciência política brasileira no período de 1986 a 2012. Segundo os dois autores, nada menos que 71% deles tinham uma orientação empírica quantitativa, enquanto 25% adotavam uma orientação empírica não quantitativa e apenas 5% utilizavam uma orientação teórica. No entanto, como reconheceram os próprios autores, seus dados podiam estar fortemente viesados em função das três revistas escolhidas: *Opinião Pública*, *Brazilian Political Science Review* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

Assim como nos Estados Unidos, no Brasil também parece haver uma controvérsia entre adeptos das duas abordagens, com algumas diferenças importantes. No primeiro caso, ela foi iniciada pelos “não quantitativistas”. No segundo, pelos “quantitativistas”. Ambos eram os segmentos minoritários nos seus respectivos países. Nos Estados Unidos, a polêmica se deu dentro da própria ciência política. No Brasil, ela envolve uma divergência entre disciplinas: a ciência política parece ser mais “quantitativa” do que a sociologia e bem mais do que a antropologia (Soares, Souza e Moura, 2010).

Lima Junior (1999), um dos defensores das pesquisas empíricas, criticou os “trabalhos eminentemente ensaísticos e jornalísticos e os ensaios de cunho semifilosófico ou de história das ideias, baseados em fontes secundárias”. Contra essa tendência, a sugestão do autor era a de promover treinamento em disciplinas de alto nível de formação quantitativa.

Segundo Fábio Reis (1993), a sociologia e a ciência política adotaram uma postura mais científica, caracterizada pelo apego ao rigor, à sistematicidade, à generalização e à busca da cumulatividade; já a antropologia e a história estariam, de acordo com o autor, mais próximas do padrão humanista e idiográfico, com ênfase nos trabalhos qualitativos e descritivos, valorizando a dimensão temporal ou histórica dos fenômenos, o relativismo, a intuição e as peculiaridades.

Gláucio Soares (2005) é outro crítico importante nessa discussão. Ao defender os métodos quantitativos, o autor faz acusações ásperas àqueles que se definem como “qualitativos”. Na sua opinião, eles não usam, de fato, métodos qualitativos; “são apenas não quantitativos ou anti quantitativos”. Segundo Soares, “a hostilidade aos métodos quantitativos e à estatística não foi compensada com métodos qualitativos rigorosos, mas sim por uma ausência de métodos e de rigor” (2005: 27).

No diagnóstico de Inácio Cano (2012), existe uma ênfase excessiva nos clássicos e na erudição, em detrimento da pesquisa empírica. Segundo o autor, as ciências sociais no Brasil privilegiam a teoria em detrimento da pesquisa, promovendo um conhecimento antes erudito do que técnico. Na sua percepção, valoriza-se a oratória brilhante e a habilidade para citar autores — a exemplo do que acontece nas áreas do direito e da filosofia — em detrimento da fundamentação empírica. O autor lamentou o fato de muitos profissionais estarem sendo formados como especialistas em Marx, Weber e Durkheim, enquanto o país precisa de profissionais que consigam aplicar e avaliar políticas públicas, que sejam capazes de usar ferramentas para responder às novas perguntas formuladas pela realidade do dia a dia.

Do outro lado, estão os “não quantitativistas”, com discursos também agressivos e, não raramente, evadidos de conteúdo ideológico. É o caso de Costilla (2005), para quem:

dois congressos da Associação Latino-Americana de Sociologia [...] mostraram uma recuperação da teoria e da crítica no trabalho dos sociólogos, ante a crise das ciências sociais e o *empirismo neoliberal*, [...] que nada mais é do que a adaptação pura e simples do pensamento ao *capitalismo* existente e *dominante* globalmente (2005: 245-248, grifos nossos).

Em um texto bem equilibrado e consciente, que não deixa de reconhecer a importância da estatística e as falhas dos sociólogos brasileiros em termos de formação qualitativa, Demo (2009) é outro exemplo de crítico severo aos exageros “empiristas”:

[...] Os positivistas/quantitativistas ainda não sabem o que é pobreza, [...] principalmente porque a reduzem a um farrapo estatístico [...] a [abordagem] quantitativa “pinta e borda”, também ninada carinhosamente por entidades como o Banco Mundial [...] toma o dado como dado, sem desconstruir a trama teórica e ideológica que está por trás, imaginando que no dado esteja a realidade buscada. Ademais, aplicando uma regressão tipicamente linear, forja-se um contexto muito irreal [...] Busca-se evidências empíricas, porque, na religião neoliberal e positivista, é o que vale [...] Parece-me que muitas análises sociais refestelam-se com o trambique neoliberal, ao abusarem de “evidências

empíricas”, vendendo sob números espertos ideologias ainda mais espertas. (2009: 19-26)

A nossa visão é que ambas as correntes têm alguma razão. Por um lado, parece haver uma resistência injustificada por toda e qualquer evidência empírica, como se ela excluísse a discussão teórica. Não percebem o quanto a empiria pode ajudar no teste das hipóteses e no questionamento e/ou no reforço de teorias, mais ou menos estabelecidas. A impressão é que tal oposição decorre, muitas vezes, pela incapacidade de tais pesquisadores de ler uma simples tabela que envolva níveis mínimos de complexidade matemática ou estatística.

Por outro lado, é preciso reconhecer o excesso por parte de muitos empiristas, que não passam de manipuladores de números, nem sempre com as técnicas adequadas, aproveitando-se da incapacidade de o outro lado entender o que estão dizendo. Teoria é fundamental para o conhecimento científico. Não há o que questionar aqui. Os métodos — sejam eles qualitativos, sejam quantitativos, sejam mistos — são apenas instrumentos para a sua discussão. Não é nossa preocupação, no entanto, entrar nessa disputa. Pretendemos apenas mapear a situação da metodologia quantitativa das ciências sociais no Brasil, procurando identificar os fatores que a explicam, ou que a ela estão associados.

Apresentação das variáveis e dos dados

Estamos trabalhando com as revistas brasileiras de ciências sociais com classificação até “B3” no sistema Qualis³ em pelo menos uma das áreas principais: ciência política, sociologia ou antropologia. No total, elegemos 22 revistas (veja apêndice), as quais publicaram 4937 artigos nesse período, assinados por 2898 autores nos últimos 16 anos. Não entraram na análise as revistas com enfoque muito específico, como as das áreas de saúde pública, meio ambiente, educação, segurança, estudos de gênero, história, comunicação, entre outras. Tampouco entraram as de âmbito muito amplo, que vão além das ciências sociais, como é o caso da revista *Estudos Avançados*. Foram incluídos somente artigos originais, desprezando-se as resenhas, homenagens, entrevistas, traduções, apresentação de dossiês, aula inaugural, ensaios, palestras e resumos.

No que diz respeito à autoria, estamos considerando apenas as informações do primeiro autor, por dois motivos principais. Um deles é que quase 80% dos artigos são produzidos por autores individuais. O segundo é que o eventual ganho analítico da inclusão dos coautores não compensaria os problemas decorrentes, sendo a duplicidade de informação (para um mesmo artigo) apenas um deles. Não obstante, consideramos também os coautores quando avaliamos o efeito da variável “gênero”, pois, nesse caso, interessa saber se algum deles é do sexo masculino.

3 Trata-se de sistema utilizado pela Capes para classificar os periódicos brasileiros, por áreas específicas, em níveis indicativos de qualidade, na seguinte ordem decrescente: A1; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C.

Quadro 1 Uso de dados quantitativos nas revistas brasileiras de ciências sociais (1997 a 2012)

	N	%
Nenhum número	3.620	73,3
Estatística básica	1.033	20,9
Estatística avançada	284	5,8
Total	4.937	100,0

Fonte: dados coletados pelo autor.

A nossa variável dependente diz respeito ao uso ou não de alguma estatística, envolvendo três categorias: (1) se não usa números; (2) se usa apenas estatística básica (descritiva e/ou testes de diferenças de médias); (3) se usa estatística avançada, isto é, alguma técnica mais sofisticada (análises fatorial, de regressão, *cluster*, etc.). A alocação do artigo em uma das três categorias foi feita a partir da inspeção visual de cada um deles (a nossa unidade de análise), que somaram quase 5000.

Quando o autor utiliza algum dado numérico, geralmente o faz dispondo-o em tabelas; no entanto, também classificamos como “uso de dados numéricos” quando acontecia de eles estarem expostos ao longo do texto, desde que ocupassem um papel central na análise. Por outro lado, quando os dados numéricos não tinham qualquer importância analítica, os textos foram classificados como “não quantitativos”, ainda que fossem apresentados em forma de tabelas. Apresentamos no quadro 1 a frequência de cada uma das categorias.

De antemão, já se percebe que a proporção de artigos que usaram dados numéricos foi muito baixa; no período analisado, não chegaram a 27% do total. Menos de 6% do total recorreram a alguma técnica estatística. Embora esperássemos uma predominância de trabalhos não quantitativos, não pensávamos que ela fosse tão grande. Na figura 1, podemos ter uma ideia de como a situação tem variado ao longo do tempo.

A figura 1 mostra pouca variação nos últimos 16 anos, com exceção do uso de estatística avançada, que sai de um patamar de 3,3% em 1997 para 7,6% em 2012. Um aumento de 130%. Não é pouco; e mostra claramente que está aumentando. Porém, o quadro geral permanece o mesmo: as ciências sociais no país continuam primordialmente não quantitativas. Se existe de fato uma hostilidade em relação aos métodos quantitativos e à estatística nas ciências sociais brasileiras, conforme afirmam diversos autores (Cano, 2012; Ramos e Monsma, 2012; Soares, 2005), ela parece descabida, haja vista o pouco espaço que ocupam.

Resta saber como essa situação varia de acordo com as revistas, por área de especialização, por instituição de origem dos autores, por suas características pessoais, pela constituição de parcerias. Nas subseções que se seguem, fazemos uma avaliação pormenorizada dessa situação. Além de justificarmos a inclusão de cada uma das variáveis na análise, apresentamos, desde já, alguns resultados descritivos.

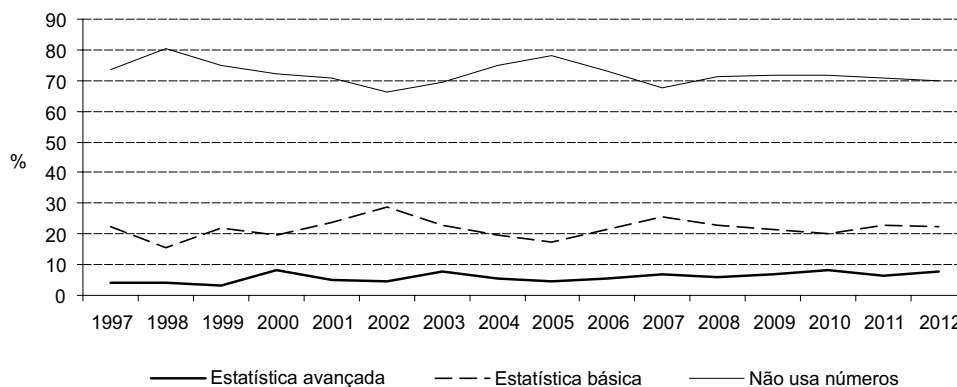


Figura 1 Uso de dados quantitativos nas revistas de ciências sociais brasileiras (percentual): 1997 a 2012

Perfil da revista

O perfil da revista talvez seja um dos principais fatores para explicar, ou justificar, o uso de dados quantitativos. Não sabemos se isso acontece porque os autores buscam aquelas que melhor se encaixem nas suas escolhas metodológicas ou se são as próprias revistas que privilegiam determinado tipo de abordagem. Provavelmente, as duas coisas ocorrem simultaneamente.

Nos Estados Unidos, essa situação ficou bem clara a partir da avaliação realizada por Bennet, Barth, e Rutherford (2003). Os autores mostraram que o *Journal of Politics* e a *American Political Science Review* apresentaram resultados estatísticos em 90% e 62% dos seus artigos, respectivamente; já na *Comparative Politics*, isso acontecia em menos de 5% deles. Tais diferenças foram confirmadas no estudo de Vijverberg (1997), cujos resultados podemos ver no quadro 2.

No Brasil, também parece existir uma grande variação entre as revistas, em proporção bem menor para os trabalhos quantitativos. Soares (2005) sugere que a *Dados* e a *Opinião Pública* têm mais artigos com alguma quantificação do que a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e a *Lua Nova*. Na primeira, o autor identificou que 72% dos artigos usaram porcentagens e 74% apresentaram resultados usando alguma forma tabular. Nicolau e Oliveira (2013) também perceberam a orientação quantitativa mais forte da *Opinião Pública*.

Em uma amostra bem maior, pudemos identificar tais variações de forma mais precisa, conforme podemos observar no quadro 3.

Diferindo do que acontece nos Estados Unidos, em geral, as revistas brasileiras na área de ciências sociais publicam poucos artigos com abordagem quantitativa. A média é de apenas 29%, sendo de aproximadamente 6% para a estatística avançada e de 22% para a estatística básica. Apenas quatro das 22 revistas pesquisadas contam em seus artigos com mais de 50% de dados numéricos. Não obstante, existe uma grande variação entre elas. Enquanto 80% dos artigos na *Opinião Pública* usam algum tipo de quantificação, na *Revista*

Quadro 2 Uso de dados quantitativos por revistas norte-americanas na área de ciências sociais

Revista	N	Sem análise estatística	Estatística simples	Estatística avançada	Análise de regressão
American Journal of Political Science	46	2,2	60,9	21,7	54,3
American Political Science Review	50	54,0	30,0	2,0	22,0
Journal of Politics	54	14,8	57,4	16,7	31,5
American Journal of Sociology	46	39,1	52,2	8,7	21,7
American Sociological Review	58	20,7	58,6	15,5	37,9
Social Forces	61	19,7	68,9	19,7	37,7
Social Science Quarterly	74	25,4	47,8	9,0	43,3
Journal of Political Economy	50	46,0	32,0	8,0	28,0

Fonte: Vijverberg (1997).

Quadro 3 Uso de dados quantitativos pelas revistas brasileiras de ciências sociais (1997 a 2012)

Revista	Estatística avançada	Estatística básica	Não usa números	N
Opinião Pública	39,6	40,1	20,3	197
Brazilian Political Science Review	34,8	33,3	31,8	66
Dados	18,3	33,2	48,5	388
Política Hoje	16,4	31,1	52,5	61
Sociologias	11,8	42,2	46,1	301
Revista de Sociologia e Política	8,1	16,2	75,7	338
Revista Brasileira de Ciências Sociais	5,3	19,1	75,6	430
Teoria e Pesquisa	4,5	22,7	72,7	132
Teoria & Sociedade	3,8	31,7	64,5	74
Debates	2,3	21,9	75,7	102
Sociedade e Estado	2,2	24,1	73,6	264
Civitas	1,9	18,5	79,6	267
Política e Sociedade	1,7	14,4	83,9	211
Lua Nova	1,5	18,2	80,3	361
Perspectivas	1,5	17,6	80,9	174
Novos Estudos CEBRAP	1,5	15,5	83,0	220
Revista Brasileira de Ciência Política	1,4	8,6	90,0	88
Tempo Social	1,0	10,4	88,5	356
Caderno CRH	0,9	20,9	78,2	402
Estudos de Sociologia	0,6	13,5	86,0	278
Revista de Ciências Sociais	0,4	11,2	88,5	96
Revista Pós Ciências Sociais	0,0	11,5	88,5	130

Fonte: dados coletados pelo autor.

Brasileira de Ciência Política esse número não passa de 10%. A proporção de uso de estatística avançada nas duas revistas é de 39,6% e 1,4%, respectivamente; de estatística básica é de 40,1% e 8,6%.

Curiosamente, a revista da Associação Brasileira de Ciência Política — a *Brazilian Political Science Review* — apresenta uma divisão muito bem equilibrada das três categorias. Cada uma delas ocupa aproximadamente um terço do espaço total. Isso não quer dizer, no entanto, que ela represente equilibradamente os

diversos segmentos de cientistas políticos brasileiros. Não temos informação sobre a proporção deles dentro da classe, mas sabemos que o contingente do que estamos chamando de “quantitativistas” é bem menor do que os dos “não quantitativistas”.

Pesquisa em parceria

Outra variável que tem sido considerada na explicação do uso de metodologia quantitativa refere-se ao fato de o trabalho ser realizado individualmente ou em colaboração. A partir de dados coletados de 1935 a 2005 nos principais jornais na área de sociologia, Hunter e Leahey (2008) concluíram que as pesquisas quantitativas e que envolvem coleta de dados tendem a envolver mais colaboração. Pontille (2003) verificou que 62,2% dos textos com análises estatísticas na sociologia norte-americana eram escritos por mais de um autor; por outro lado, textos teóricos e de análise textual foram escritos individualmente, na grande maioria das vezes (86% e 71,4%, respectivamente). A sugestão do autor é de que o formato segmentado dos estudos quantitativos — frequentemente estruturados em introdução, material e métodos, resultados e discussão — é um dos fatores que favorece a divisão de tarefas.

Na mesma linha, Soares, Souza e Moura (2010) verificaram que 54% dos artigos em coautoria utilizavam tabelas, em contraste com os 29% dos que eram escritos individualmente. Apesar de ser apenas um recurso de apresentação, as mesmas estão tradicionalmente associadas com a apresentação numérica. Segundo tais autores, somente 7% dos artigos escritos individualmente utilizaram regressões estatísticas, em contraste com 23% dos escritos por mais de um autor.

Baseados nessa literatura, levantamos a hipótese de que trabalhos realizados por mais de um pesquisador apresentam uma tendência maior a adotar uma abordagem quantitativa do que trabalhos realizados por uma única pessoa. A partir do nosso banco de dados, em uma análise preliminar, tal hipótese é confirmada: nos artigos em parceria, 36% usavam estatística básica e 12,3%, estatística avançada; nos artigos elaborados individualmente, os números foram bem menores: 17% e 4%, respectivamente.

Gênero dos autores

A variável “gênero” não tem sido usada em estudos sobre a opção metodológica dos autores. No entanto, não faltam justificativas para incluí-la. Existe uma literatura que sugere que os homens possuem maior habilidade para tratar de assuntos ligados à matemática ou às chamadas *hard sciences*. Há quem diga que as mulheres tendem a sentir mais “ansiedade matemática” (Tapia e Marsh II, 2004), aqui entendida como uma maior aversão ou insegurança para trabalhar com números e equações. Há evidências também de que os homens costumam ter melhor performance do que as mulheres nessa área do conhecimento (Feingold, 1988).

A diferença aparece ainda no que diz respeito à escolha acadêmica dos pesquisadores: menor na engenharia, na física e na economia (ao redor de 17%, 26% e 29%, respectivamente) e maior na sociologia (53%) (DiFuccia, Pelton e Sica, 2007; Xie e Shauman, 2003). Na literatura feminista, frequentemente “engajada” e posta a serviço de sua causa, há quem considere que os métodos quantitativos são uma ferramenta “masculina, essencial para estabelecer a marginalização social da mulher” (Oakley, 1999).

A nossa hipótese é que o fato de ser homem aumenta a probabilidade de uso de um referencial quantitativo. Em um exame preliminar, a estatística descritiva a confirma: em 80% dos artigos que usam estatística avançada, pelo menos um dos autores é do sexo masculino; naqueles que apresentam estatística básica, 71% são homens. Por outro lado, nos artigos que não apresentaram nenhum tipo de quantificação, 50% dos autores eram homens, proporção razoavelmente inferior à de homens no banco de dados, que é de 62%.

Formação acadêmica dos autores

Nos Estados Unidos, a formação acadêmica não costuma ser usada para explicar a diferença na opção metodológica dos autores. No Brasil, ela parece ser importante; segundo Fábio Reis (1993), a sociologia e a ciência política voltaram-se mais para uma abordagem quantitativa, em contraste com a antropologia e a história, que deram ênfase a trabalhos qualitativos e descritivos. Na mesma linha, Soares (2005) sugeriu a existência de uma certa gradação no que diz respeito ao uso de métodos quantitativos: em primeiro lugar, estaria a ciência política como a disciplina mais “quantitativa”; em seguida, a sociologia e a antropologia, nessa ordem. Segundo o autor, a diferença nas preferências metodológicas estaria na raiz do afastamento e do repúdio entre a ciência política e a antropologia.

Nossos dados permitem obter uma noção mais precisa dessa situação, conforme se observa no quadro 4.⁴ Deixamos de apresentar as áreas cujo número de casos era muito pequeno (abaixo de 80 observações).

Os resultados confirmam as sugestões dos autores citados. De fato, a ciência política apresentou-se bem mais “quantitativa” do que as outras disciplinas (43,8% dos artigos). Contrasta fortemente com o que aconteceu na sociologia (20,7%), na história (15,7%) e na antropologia (13,2%). No que se refere à estatística avançada, os cientistas políticos a usaram em 14% dos artigos. Uma proporção pequena, mas bem acima de todas as outras.

4 Estamos considerando apenas a formação principal do primeiro autor. Essa foi definida a partir da conclusão dos seguintes cursos, nessa ordem: doutorado (ainda que o indivíduo tenha formação de pós-doutorado), mestrado (ainda que esteja cursando o doutorado) e graduação. Portanto, quando o pesquisador concluiu o seu doutorado, esse passa a ser a sua área principal.

Quadro 4 Uso de dados quantitativos e área principal de formação do primeiro autor

Área principal	Estatística avançada (%)	Estatística básica (%)	Não usa números (%)	N
Ciência política	13,9	29,9	56,2	1265
Economia	3,6	39,1	57,2	138
Ciências sociais	3,8	21,7	74,5	572
Sociologia	3,6	17,1	79,2	1627
História	1,0	14,7	84,3	191
Antropologia	0,3	12,9	86,8	380
Filosofia	0,6	3,0	96,4	168

Fonte: dados coletados pelo autor.

Instituição de origem dos autores

A instituição de origem também parece fazer diferença nas escolhas metodológicas dos autores. Nos Estados Unidos, um pouco menos do que aqui, haja vista a maior facilidade de acesso à formação quantitativa. No Brasil, Soares (2005) ressaltou que a formação no exterior e no IUPERJ⁵ eram fatores importantes para explicar a opção pelos métodos quantitativos, em evidente contraste com a Universidade de São Paulo (USP), que, até então, contava com “notória debilidade nessa área”. De fato, segundo Fábio Reis (1993), a disciplina de métodos não era considerada fundamental, não era obrigatória e nunca havia sido ofertada regularmente naquela instituição. Não é por acaso que apenas duas das 145 teses lá defendidas no período de 1990 a 1997 tinham caráter quantitativo (Vianna *et al.*, 1998). O efeito disso sobre as ciências sociais no país não é pequeno, não só pela própria produção acadêmica dos pesquisadores da USP,⁶ mas também pelo seu efeito multiplicador.

A história ajuda a explicar essa situação. Ainda que o uso de métodos e técnicas quantitativas seja pequeno, o pouco que existe deveu-se, em grande parte, à política de incentivo à construção institucional de programas de mestrado e de doutorado no país. Ela foi realizada por meio da formação de estudantes brasileiros nos Estados

5 O IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) foi criado em 1969 como um curso de pós-graduação, tornando-se um dos principais centros de referência das ciências sociais no país. Em meados de 2010, após uma crise institucional profunda, a maioria dos seus 20 professores migrou para a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), onde criou o IESP (Instituto de Estudos Sociais e Políticos). Esse último manteve as características do instituto original e absorveu seus alunos de mestrado e doutorado. Apesar de a Universidade Cândido Mendes manter a denominação, o seu atual IUPERJ não guarda semelhança com o antecessor, especialmente no que diz respeito à excelência.

6 De acordo com Vianna *et al.* (1998), aquela universidade foi responsável por nada menos que 40% das teses de doutorado em ciências sociais defendidas no país. A medida do número de artigos também nos dá uma ideia aproximada dessa preponderância. Segundo Nicolau e Oliveira (2010), no período de 1997 a 2009, pesquisadores da USP e do IUPERJ foram responsáveis por 19,5% e 17,3%, respectivamente, dos artigos publicados nas duas principais revistas de ciências sociais do país: *Dados* e *RBCS*. No nosso banco de dados, que envolve um rol bem mais diversificado de revistas, os números são de 25,8 e 7,7%.

Quadro 5 Uso de dados quantitativos nos artigos publicados nas revistas de ciências sociais no Brasil (1997 a 2012), por instituição de origem do autor

Local da formação principal	Estatística Avançada	Estatística básica	Não usa números	N
UFPR	36,7	13,3	50,0	30
UFPE	19,6	23,2	57,1	56
UFMG	15,5	27,2	57,3	103
EUA	14,6	27,5	57,9	280
IUPERJ / IESP	14,2	29,4	56,3	309
Alemanha	8,6	13,3	78,1	105
UFSCAR	5,5	29,1	65,5	55
UFRGS	4,5	27,0	68,5	200
USP	3,6	20,8	75,5	1042
Reino Unido	3,6	20,3	76,1	138
UnB	3,3	23,3	73,3	120
Outros países	3,1	28,7	68,2	129
Unicamp	2,9	22,8	74,3	549
UFRJ	2,6	12,9	84,5	194
PUC	2,3	28,1	69,5	128
UFBA	2,0	28,6	69,4	49
França	1,3	17,7	81,0	226
Outras instituições no país	1,0	17,9	81,1	201
UFSC	0,0	8,7	91,3	46
UNESP	0,0	11,7	88,3	77
Estrangeiros	15,0	34,6	50,4	393

Fonte: dados coletados pelo autor.

Unidos no final dos anos 60, com apoio inicial da Fundação Ford. A partir da matriz intelectual norte-americana das ciências sociais, empiricamente orientada, impulsionaram a criação da pós-graduação na UFMG e no IUPERJ, com orientação metodológica quantitativa, analítica, de caráter rigoroso e sistemático, rompendo com a tradição ensaística e humanista das ciências sociais europeia (Veiga, 2008). De acordo com Elisa Reis (1993), tratava-se de consolidar um novo *ethos*, em que a pesquisa metódica e sistemática, de forte viés empiricista, tornou-se referência para o cientista social brasileiro. Fábio Reis (1993) também ressaltou a diferença com relação ao grupo da USP, que “priorizava conceitos, em detrimento do trabalho sistemático com material empírico”. No quadro 5, podemos ter uma ideia mais precisa da situação em anos recentes.

Os dados mostram que os autores com formação na UFPR e na UFPE foram os mais quantitativistas no Brasil. Porém, em função do pequeno número de casos, não temos muita segurança em relação a esses resultados. Chamamos a atenção para as caselas sombreadas. Elas sugerem que, de fato, a formação dos autores brasileiros no IUPERJ/IESP ou nos Estados Unidos (e também na UFMG) influenciaram a escolha da opção metodológica. Eles parecem ter usado uma abordagem mais quantitativa, *vis-a-vis* os formados em outras instituições. Mostram também o contraste com a USP — a instituição que mais forma cientistas sociais no país — que parece ter um enfoque bem menos quantitativo, especialmente no que diz respeito ao uso de métodos mais sofisticados. Cabe ressaltar, outrossim, a opção mais quantitativa dos autores estrangeiros.

O modelo multivariado

Os dados apresentados explicam muito da situação em que se encontra o uso de métodos e técnicas quantitativas no país. Uma análise mais precisa pode ser feita por meio de um modelo mais complexo, que considere o efeito de todas as variáveis que estão sendo estudadas. Para termos segurança a respeito do efeito de cada uma delas, é preciso que sejam simultaneamente controladas. Nesse sentido, estamos utilizando um modelo de regressão logística ordinal, que é a forma adequada para se tratar uma variável dependente discreta, com mais de duas categorias ordenáveis entre si, ainda que a distância entre elas não seja conhecida. No caso, estamos assumindo que essa gradação existe e está sendo expressa pelos seguintes valores: “zero”, quando o artigo não usa dados numéricos; “um”, estatística básica; “dois”, estatística avançada.

Além das variáveis elencadas na seção anterior, incluímos também uma outra que informa sobre a realização do curso intensivo de metodologia quantitativa ministrado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG. O mesmo é oferecido regularmente para professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em ciências sociais, de junho a início de agosto, e tem a duração de seis semanas. Ficou popularmente conhecido como “MQ” e tem funcionado ininterruptamente desde a sua criação, em 1999. Por ele passaram mais de dois mil alunos, apresentando-se como a mais importante iniciativa para melhorar a precária situação do ensino de métodos quantitativos no Brasil.⁷

No quadro 6, apresentamos dois modelos diferentes. No primeiro, incluímos apenas os autores brasileiros, que representam 82% da nossa amostra. No segundo, acrescentamos os estrangeiros. Como a grande maioria desses últimos não tem currículo Lattes, nem qualquer outro facilmente disponível, deixamos de incluir suas informações sobre formação principal e instituição de origem.

Os resultados acima confirmam quase todas as nossas hipóteses, com alto nível de significância estatística. O fato de o artigo ser elaborado por apenas uma pessoa reduz a chance de usar dados e técnicas quantitativos em mais de 70%.⁸ Conforme indicavam estudos anteriores (Hunter e Leahey, 2008; Pontille, 2003;

7 Desde 2010, a USP, em convênio com a IPSA, também tem oferecido um curso intensivo em métodos e técnicas para a ciência política. Infelizmente, não conseguimos obter informações a respeito dos seus alunos. Cabe registrar também a realização do Programa Vilmar Faria para formação em métodos quantitativos e análise de políticas públicas, resultado de um convênio entre o Ministério da Educação / Capes e a Universidade do Texas. Acreditamos que a ausência dessas informações não compromete a nossa análise: o curso da USP/IPSA só começou a funcionar em 2010; o curso “Vilmar Faria” teve apenas 23 alunos nos seus seis anos de existência (2001 a 2006), a maioria com passagem anterior pelo “MQ”.

8 Para o leitor pouco familiarizado com estatística, explicamos a origem desse número. Quando a razão de chances (*odds ratio*) fica abaixo de uma unidade, significa que o impacto é negativo. Para mensurar o seu tamanho, basta subtrair tal número do número “um”; no caso: $1 - 0,292 = 0,708$. Quando esse número estiver acima de uma unidade, basta subtrairmos “um” e considerar o que sobra como sendo o impacto sobre a variável dependente. Por exemplo, o fato de o artigo estar publicado na plataforma Scielo aumenta a probabilidade de uso de métodos e técnicas quantitativas em 78,3%.

Quadro 6 Determinantes do uso de quantificação nas ciências sociais no Brasil

Variáveis independentes	<i>Odss ratio</i>		<i>Odds ratio</i>	
Autor individual	0,292 (-14,92)	***	0,284 (-16,73)	***
Scielo	1,783 (6,53)	***	1,644 (6,34)	***
Cientista político	2,335 (8,24)	***	3,016 (13,22)	***
Sociólogo	0,987 (-0,13)		0,994 (-0,06)	
Antropólogo	0,639 (-2,51)	***	0,612 (-2,95)	***
USP	0,749 (-2,96)	***		
UFMG	0,763 (-1,13)			
IUPERJ / IESP	1,135 (0,88)			
EUA	1,635 (3,46)	***		
França	0,700 (-1,92)	**		
Curso MQ	4,571 (9,46)	***		
Gênero	1,081 (0,94)		0,997 (-0,03)	
N	4.041		4.934	
Pseudo R2	0,1118		0,0861	

Notas: teste “z” entre parênteses; *** p-valor < 0,01; ** p-valor < 0,05.

Soares, Souza e Moura, 2010), trabalhos quantitativos tendem mais a envolver parceria dos que os não quantitativos.

A variável “Scielo” indica se a revista está inserida na biblioteca eletrônica SciELO, que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O simples fato de pertencer a essa coleção já indica uma qualidade superior do periódico. Portanto, o resultado positivo mostra que artigos com abordagem quantitativa tendem a ser publicados em revistas melhores. Elaboramos um modelo alternativo, onde substituímos tal variável pela que informa se a revista está classificada no nível “A”, o mais alto do sistema Qualis/Capes. A conclusão caminha no mesmo sentido. Deixamos de incluir esse resultado no intuito de poupar o leitor de um excesso de informação.

No que diz respeito à área de formação dos autores, confirma-se a hipótese de que a ciência política é mais “quantitativa” do que a sociologia e a antropologia, nessa ordem. No primeiro caso, o resultado foi positivo e estatisticamente significativo. No segundo, não apresentou significância estatística. No terceiro, foi significativo, mas no sentido contrário, isto é, o fato de ter formação em antropologia está negativamente associado à elaboração de trabalhos quantitativos.

Quanto à instituição de origem, a hipótese é parcialmente corroborada. De fato, conforme sugere a literatura, a formação na USP mostrou-se associada a um

menor uso de uma perspectiva quantitativa. Porém, não se confirmam as sugestões de que a UFMG e o IUPERJ/IESP valorizaram mais esse tipo de abordagem metodológica. No primeiro caso, pode ser que o pequeno número de observações — pouco mais de 2% do total — tenha influenciado nesse resultado. No segundo, uma possível explicação talvez seja o fato de que, embora o IUPERJ/IESP tivesse uma corrente de professores quantitativistas, também existiam aqueles que não eram. Portanto, parece que a formação na instituição era mais plural, e não predominantemente quantitativa. Já o fato de ter feito doutorado nos Estados Unidos pesa positivamente no uso de dados quantitativos; na França, negativamente, conforme já era esperado.

O fato de ter frequentado o curso de metodologia quantitativa (MQ) pesa substancialmente na escolha do método: a variável apresentou sinal positivo e alta significância estatística, com teste “z” de 9,46. Não sabemos se o fato de fazer o curso capacita melhor o pesquisador para a produção de artigos científicos. Para isso, seria necessária uma investigação específica. Porém, ele parece estar cumprindo a sua função de preparar alunos para o uso de métodos e técnicas quantitativos. Provavelmente, o MQ foi a principal intervenção capaz de explicar o seu aumento expressivo nos últimos anos.

A variável que informa sobre o gênero dos autores não apresentou significância estatística. O fato de ser homem não ajuda a explicar a opção por métodos quantitativos, a despeito do que sugere a estatística descritiva. Em outras palavras, homens e mulheres não têm se diferenciado na preferência metodológica nas ciências sociais brasileiras nos últimos anos.

À guisa de conclusão

A disputa metodológica entre cientistas sociais tem sido acirrada, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Lá, ela tem acontecido no âmbito de uma mesma disciplina; na ciência política, envolveu autores importantes no início deste século. No Brasil, ela tem acontecido também entre pesquisadores de áreas diferentes, especialmente entre cientistas políticos, sociólogos e antropólogos. Nessa ordem, uns têm se apresentado mais quantitativos do que os outros. Entre o primeiro e o terceiro grupos, a diferença é abissal.

Não tivemos o objetivo de entrar nessa “guerra metodológica”. Não acreditamos que exista uma dicotomia, ou um abismo, entre as abordagens quantitativa e qualitativa. Na nossa opinião, trabalhos de boa e de má qualidades estão presentes em qualquer contexto, independente da opção analítica ou da escolha metodológica dos autores. Antes de mais nada, nosso propósito foi mapear o “estado da arte” no Brasil. Foi possível perceber que o número dos cientistas sociais que usam dados quantitativos no país é muito pequeno, mormente no que diz respeito ao uso de técnicas sofisticadas. Nossos dados mostraram que, a despeito de o seu espaço ter crescido gradativamente nos últimos 16 anos, esse grupo é visivelmente minoritário.

Buscamos também apontar algumas possíveis explicações (ou associações) para tal situação. Além da área de formação dos autores, identificamos outras

variáveis que podem ajudar nesse sentido. O perfil e o nível da revista, o fato de o artigo ter sido elaborado em parceria e a participação dos autores em cursos específicos apresentaram um efeito positivo sobre as opções metodológicas tomadas. O fato de ter formação pela USP impactou negativamente. Já o gênero do autor e o fato do mesmo ter formação pelo IUPERJ/IESP ou pela UFMG não apresentaram significância estatística, quando utilizados em um modelo multivariado.

Apêndice Revistas analisadas e respectivas classificações, segundo o padrão Qualis

Periódico	Ciência Política	Sociologia	Antropologia	Instituição responsável
Revista Brasileira de Ciências Sociais	A1	A1	A1	Anpocs
Dados - Revista de Ciências Sociais	A1	A1	A2	IESP-UERJ
Opinião Pública	A1	A2	B1	Unicamp
Brazilian Political Science Review	A2	B1	-	ABCP
Sociologias	A2	A1	B1	UFRGS-Sociologia
Lua Nova - Revista de Cultura e Política	A2	A1	B1	CEDEC
Revista de Sociologia e Política	A2	A2	B1	UFPR
Caderno CRH	B1	A1	A2	UFBA
Novos Estudos CEBRAP	B1	A1	A2	Cebrap
Revista Sociedade e Estado	B1	A1	B1	UnB-Sociologia
Teoria & Sociedade	B1	B3	B1	UFMG-FAFICH
Tempo Social - Revista de Sociologia da USP	B1	A1	B2	USP-Sociologia
Revista Brasileira de Ciência Política	B1	B1	B2	UnB
Perspectivas - Revista de Ciências Sociais	B1	B2	B4	UNESP
Política e Sociedade - Revista de Sociologia Política	B2	B2	-	UFSC
Revista Debates	B2	B3	-	UFRGS
Revista Política Hoje	B2	B2	B3	UFPE
Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política	B2	B2	B4	UFSCar
Civitas - Revista de Ciências Sociais	B3	A2	B3	PUC-RS
Estudos de Sociologia	B3	B1	B3	UNESP
Revista Pós Ciências Sociais	B3	B1	B4	Anpocs
Revista de Ciências Sociais	B4	B1	B2	UFC

Referências bibliográficas

- Aguiar, Neuma (2001), "Qual a contribuição dos métodos quantitativos em ciências sociais para o conhecimento da sociedade brasileira?", comunicação apresentada no 25.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambú, Minas Gerais, disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4570&Itemid=356 (última consulta em agosto de 2014).
- Bennett, A., A. Barth, e K. Rutherford (2003), "Do we preach what we practice? A survey of methods in political science journals and curricula", *Political Science and Politics*, 36 (3), pp. 373-378.

- Cano, I. (2012), "Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil", *Sociologias*, 14 (31), pp. 94-119.
- Costilla, L. O. (2005), "O novo na sociologia latino-americana", *Sociologias*, 7 (14), pp. 244-273.
- Demo, P. (2009), "Pesquisa social", *Serviço Social & Realidade*, 17 (1), pp. 11-36.
- DiFuccia, M., J. Pelton, e A. Sica (2007), "If and when sociology becomes a female preserve", *The American Sociologist*, 38 (1), pp. 3-22.
- Elster, J., e A. Hylland (1989), *Foundations of Social Choice Theory*, Nova Iorque, CUP Archive.
- Feingold, A. (1988), "Cognitive gender differences are disappearing", *American Psychologist*, 43 (2), pp. 95-103.
- Gerring, J. (2001), *Social Science Methodology. A Criterial Framework*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hunter, L., e E. Leahey (2008), "Collaborative research in sociology: trends and contributing factors", *The American Sociologist*, 39 (4), pp. 290-306.
- Lima Júnior, O. B. (1999), "Partidos, eleições e poder legislativo", em Sérgio Miceli (org.), *O Que Ler na Ciência Social Brasileira. 1970-1995*, vol. 3, São Paulo, Sumaré/Anpocs/Capes, pp. 13-57.
- Nicolau, J., e L. Oliveira (2010), "O quê e como: uma análise da recente produção da ciência política no Brasil", comunicação apresentada no 7.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).
- Nicolau, J., e L. Oliveira (2013), "A produção da ciência política brasileira: uma análise dos artigos acadêmicos", comunicação apresentada no 37.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).
- Oakley, A. (1999), *People's Way of Knowing. Gender and Methodology. Critical Issues in Social Research*, em S. Hood, B. Mayall, e S. Oliver (eds.), Buckingham, Open University Press, pp. 154-177.
- Peres, P. (2008), "Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (68), pp. 53-71.
- Pontille, D. (2003), "Authorship practices and institutional contexts in sociology: elements for a comparison of the United States and France", *Science, Technology & Human Values*, 28 (2), pp. 217-243.
- Ramos, M., e K. Monsma (2012), "Apresentação do dossiê: pesquisa quantitativa na Sociologia", *Sociologias*, 12, pp. 14-18.
- Reis, Elisa (1993), *A Construção Intelectual e a Política das Ciências Sociais Brasileiras. A Experiência do IUPERJ*, em S. Miceli (ed.), *A Fundação Ford no Brasil*, São Paulo, Editora Sumaré, pp. 115-129.
- Reis, Fábio W. (1993), "Avaliação das ciências sociais", UFMG, disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/pdf/csociais.pdf> (última consulta em agosto de 2014).
- Soares, G. (2005), "O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, pp. 27-52.
- Soares, G., C. Souza, e T. Moura (2010), "Colaboração na produção científica na Ciência Política e na Sociologia brasileiras", *Sociedade e Estado*, 25 (3), pp. 525-538.
- Tapia, M., e G. Marsh II (2004), "The relationship of math anxiety and gender", *Academic Exchange Quarterly*, 8 (2), pp. 130-134.

- Valle Silva, N. (1999), *Relatório de Consultoria sobre Melhoria do Treinamento em Ciência Social Quantitativa e Aplicada no Brasil*, Rio de Janeiro, manuscrito não publicado.
- Veiga, L. (2008), "A interação entre contexto, atividades e características organizacionais no mundo acadêmico", *Análise e Conjuntura*, 7 (2), pp. 53-75.
- Vianna, L. W., M. A. R. de Carvalho, M. P. C. Melo, e M. B. Burgos (1998), "Doutores e teses em ciências sociais", *Dados*, 41 (3), pp. 453-515.
- Vijverberg, W. P. (1997), "The quantitative methods component in social sciences curricula in view of journal content", *Journal of Policy Analysis and Management*, 16 (4), pp. 621-629.
- Xie, Y., e K. Shauman (2003), *Women in Science. Career Processes and Outcomes*, vol. 26, Cambridge, MA, Harvard University Press.

Pedro Neiva. Docente na Universidade de Brasília. Endereço: SQS 315 – bloco G – apto. 604 – Brasília, DF, Brasil. E-mail: prneiva@gmail.com

Agradeço a Antônio Augusto Prates a seção dos dados sobre os participantes no curso de metodologia quantitativa (MQ) da UFMG.

Receção: 22 de agosto de 2014 Avaliação: 20 de abril de 2015

